

## ESTADO DA ARTE SOBRE O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO BRASILEIRO EM TESES E DISSERTAÇÕES DA PSICOLOGIA

STATE OF THE ART ABOUT THE BRAZILIAN SOCIO-EDUCATIONAL SYSTEM IN  
PSYCHOLOGY THESIS AND DISSERTATIONS

Roberta Gracyelle de Lima Ferreira Cunha<sup>1</sup>  
Jaileila de Araújo Menezes<sup>2</sup>

### Resumo

Este artigo consiste no Estudo do Estado da Arte sobre o Sistema Socioeducativo Brasileiro em teses e dissertações produzidas no período entre 2008 e 2017 e que foram identificadas no Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Buscamos nesse levantamento localizar e discutir quais temas e aportes teóricos e metodológicos vêm sendo privilegiados nessas produções acadêmicas. Percebemos que o Sistema Socioeducativo é problematizado nas teses e dissertações a partir de uma visão crítica que ressalta a grande discrepância entre o que é preconizado nas legislações que regulamentam tal Sistema e o que, de fato, é praticado na operacionalização das medidas socioeducativas. Essas problematizações são articuladas ao processo histórico no qual tais medidas foram construídas, tendo em vista sua importância para a compreensão dos discursos e campos de forças que vêm prevalecendo no contexto socioeducativo. As produções valorizaram métodos qualitativos em suas pesquisas e buscaram trabalhar com as diversas fontes de informações envolvidas no Sistema Socioeducativo, ou seja, os jovens, os profissionais que atuam no Sistema, as famílias bem como referenciais documentais e bibliográficos relevantes sobre essa temática.

**Palavras-chave:** Sistema Socioeducativo; psicologia; estado da arte

### Abstract

This paper consists in a State of the Art about the Brazilian Socio-Educational System in thesis and dissertations produced between 2008 and 2017 and that were identified in the Thesis and Dissertations Database (BDTD). In this survey, we aimed to locate and discuss which themes and theoretical inputs have been favored in the academic production. We noticed that the socio-educational system is problematized in thesis and dissertations from a critical view that highlights the discrepancy between what is preconized by the laws that regulate such System and what in fact is practiced in the operationalization of socio-educational measures. These problematizations are articulated in the historical process in which they were built, considering their importance in the comprehension of speeches and force fields that have been prevailing in the socio-educational context. The productions promoted qualitative methods in the studies and worked with diverse sources of information involved in the Socio-educational system, it means, young, professionals that act in the System, families, as well as relevant documental and bibliographic referential about this theme.

**Keywords:** Socio-educational system; psychology; state of the art.

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pernambuco. Brasil. cyelle\_ferreira@hotmail.com - Rua Caetano Figueiredo, 1675, Cristo Redentor, João Pessoa, Paraíba

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pernambuco. Brasil. jaileila.araujo@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-3322-3764>

## INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva problematizar os resultados de um levantamento bibliográfico das teses e dissertações produzidas em programas de pós-graduação em Psicologia nas universidades brasileiras e que tiveram como temática o Sistema Socioeducativo no Brasil. Tal estudo integra o processo de construção da tese de doutorado da primeira autora, que pretende discutir os efeitos dos discursos da garantia de direitos sobre a vida dos adolescentes que se envolvem com atos infracionais a partir de uma pesquisa-intervenção com técnicos socioeducativos, ou seja, psicólogos, pedagogos e assistentes sociais.

O Sistema Socioeducativo opera como dispositivo de atendimento a adolescentes que se envolvem com práticas infracionais e que pela sua condição de sujeito em situação peculiar de desenvolvimento são considerados inimputáveis, não cabendo a mesma penalidade aplicada à adultos quando cometem crimes. Nesse sentido, a partir da disposição da doutrina da proteção integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do adolescente (ECA), o sujeito na faixa etária entre 12 e 18 anos que cometer ato semelhante a crime ou contravenção penal será submetido às medidas socioeducativas com vistas à sua ressocialização (Lei nº 8.069, 1990).

De acordo com a lei 12.595 (2012) que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional os objetivos de tais medidas, previstos no § 2º, são:

I - a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;

II - a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e

III - a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei.

Embora as medidas socioeducativas comprometam-se em favorecer a ressocialização dos adolescentes por meio da promoção de políticas públicas com vistas à educação, saúde e acompanhamento psicossocial, tem-se que, na realidade, elas operam em uma lógica meramente punitiva. Os adolescentes em cumprimento de medida, sobretudo aqueles que estão em regime de privação de liberdade, vivenciam na prática um modelo punitivo que fere a doutrina da proteção integral e, por consequência, viola seus direitos.

Tendo em vista tal tensão entre o prescrito e o que de fato opera no cumprimento das medidas socioeducativas – e considerando inclusive que esse fosso entre a infração e a ressocialização tem direta articulação com um longo processo histórico de segregação e criminalização da juventude negra e pobre em nosso país - esse estudo pretende realizar o Estado da Arte sobre o Sistema Socioeducativo brasileiro em teses e dissertações da psicologia produzidas nos últimos dez anos<sup>1</sup> – entre 2008 e 2017 – identificadas no Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD).

Os Estados da Arte são estudos realizados a partir de uma sistematização de dados que compreendem toda uma área do conhecimento nos diferentes aspectos que geraram produções. Sua realização contribui com a organização e análise na definição de um campo, uma área, e indicam possíveis contribuições da pesquisa para com as rupturas sociais (Romanowski & Ens, 2006). Para Ferreira (2002), esse tipo de estudo se propõe a responder quais os aspectos e dimensões que vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares e sob quais

formas e condições têm sido produzidas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários.

Sendo assim, esse estudo visa identificar e discutir quais temas e aportes teóricos e metodológicos vêm sendo privilegiados nas discussões das teses e dissertações em psicologia sobre o tema das medidas socioeducativas.

## MÉTODOS

Realizamos o levantamento das teses e dissertações da psicologia dos últimos 10 anos no Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD) a partir do descritor “Sistema Socioeducativo” onde encontramos, ao todo, 33 trabalhos, dentre eles 25 dissertações e 8 teses. Visualizamos cada trabalho e os organizamos em pastas pelo tipo de trabalho - tese ou dissertação.

Depois organizamos tabelas contendo Título; Autor; Ano; Área de conhecimento e Resumo para facilitar a identificação da discussão central do trabalho bem como excluir produções que não se enquadravam no foco de nossa proposta, ou seja, o Sistema Socioeducativo. Dos 33 trabalhos encontrados descartamos 2 dissertações e 1 tese que não correspondiam ao nosso interesse. Ao final, trabalhamos com 30 estudos entre teses e dissertações.

Realizamos leituras mais minuciosas dos resumos a fim de destrinchar os elementos centrais dos trabalhos e, então, organizamos novas tabelas contendo: Título; Ano; Referencial teórico, Método, Técnica de coleta de dados, Fontes de informação da pesquisa, Técnica de análise de dados e Resultados. Quando os resumos não ofereciam as informações desejadas recorriamos ao corpo do trabalho para identificá-las. Nesse momento também aproveitamos para verificar as aproximações temáticas dos trabalhos de modo a facilitar a discussão dos resultados.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesse estudo realizamos a análise dos referenciais teóricos, da metodologia e dos focos temáticos das teses e dissertações da psicologia. Sobre os referenciais teóricos dos trabalhos destacamos referenciais sobre a Política de Atendimento Socioeducativo; referenciais sobre a trajetória das políticas para crianças e adolescentes no Brasil; as próprios legislações que regem o Sistema de garantia de direitos das crianças e adolescentes, a exemplo do ECA e SINASE; contribuições do pensamento foucaultiano e referenciais sobre a construção da juventude a partir do desvio (tabela nº 1, p.21). Salienciamos que a maioria das produções lançaram mão do diálogo entre os referenciais.

O levantamento das metodologias utilizadas pelas dissertações e teses buscou identificar o tipo de abordagem utilizada, ou seja, quantitativa e/ou qualitativa bem como as fontes de informações, as técnicas de coleta e de análise dos dados dos trabalhos. Das 30 produções encontradas, entre dissertações e teses, 28 utilizaram a abordagem qualitativa na condução de seus métodos e 2 utilizaram a abordagem mista, qualitativa e quantitativa.

Quanto à técnica de coleta de dados (tabela nº 2, p. 23) temos a entrevista semiestruturada como a mais utilizada pelas dissertações e teses da psicologia para obter as informações que atendessem aos objetivos de suas pesquisas. Isso porque a entrevista semiestruturada, pelo seu caráter mais aberto, permite que, para além das questões previamente sugeridas pelo pesquisador, outros elementos importantes surjam nos discursos dos participantes e colaborem para o aprofundamento das análises.

A segunda técnica de coleta mais utilizada pelos trabalhos foi a pesquisa documental, sobretudo no que diz respeito a documentos utilizados pelo Sistema de Atendimento socioeducativo, a exemplo do Plano de Atendimento Individual (PIA); laudos de profissionais que atendem os jovens em cumprimento de medida socioeducativa; documentos decorrentes de conferências que discutem a temática da juventude em situação de infração bem como as legislações vigentes para essa temática. Esses documentos são importantes por esclarecerem a operacionalização da Política de Atendimento Socioeducativo e por referenciar os discursos construídos para pensar seus sujeitos.

O levantamento bibliográfico, juntamente com o diário de campo, grupo de discussão e narrativa foi a terceira técnica de coleta adotada pelos trabalhos.

Gostaríamos de abrir um parêntese para ressaltar que apesar de existirem semelhanças entre as pesquisas documentais e bibliográficas, Oliveira (2007) diferencia os dois tipos de pesquisa ao dizer que na investigação bibliográfica o foco está na análise de material científico - a exemplo de livros, artigos científicos, periódicos, entre outros - a fim de proporcionar a aproximação do leitor aos referenciais que discutem determinada temática. Na pesquisa documental as fontes de informações são materiais que não receberam tratamento científico, no entanto, são importantes para elucidar determinados processos que se pretendem compreender. A maioria dos estudos também lançou mão de diferentes técnicas de coleta de dados.

Outro ponto que consideramos importante visibilizar diz respeito às fontes de informações utilizadas nos trabalhos, a fim, sobretudo, de identificar quais sujeitos tiveram vozes nessas pesquisas. Como já mencionado, a produção acadêmica utilizada nesse estudo dispôs, como fonte de informação, dos diversos atores envolvidos no sistema socioeducativo bem como das legislações, documentos e bibliografias relevantes voltadas para esse tema.

Nas dissertações a maioria dos sujeitos que participaram das pesquisas foram os próprios jovens que cumpriam a medida e os profissionais atuantes nas mesmas como os técnicos, Agentes Socioeducativos (ASE's) e coordenadores. Das 23 dissertações consultadas 9 foram realizadas com a participação dos jovens e sendo esse o mesmo número para aquelas que contaram com a participação dos profissionais. Esse quantitativo demonstra, pois, o interesse em investigar a operacionalização do Sistema Socioeducativo diretamente com aqueles que são mais afetados pelas medidas socioeducativas, ou seja, os atores que a vivem em seu dia a dia, sejam como sujeitos de tal medida ou enquanto profissionais responsáveis por operacionalizá-la na vida dos jovens em suas relações e contatos diários com eles. Os familiares dos jovens bem como materiais bibliográficos e documentos também foram utilizados como fontes de informações das dissertações. Ressaltamos que algumas dessas produções utilizaram mais de uma fonte de informação.

Quanto às teses, das setes trabalhadas, cinco foram realizadas com os profissionais que atuam nas medidas socioeducativas, operadores do direito e gestores, a fim de identificar quais as percepções desses profissionais sobre o funcionamento do Sistema Socioeducativo bem como os impactos do trabalho realizado - tendo em vista a discrepância entre o preconizado e o efetivado. Também algumas teses utilizaram mais de uma fonte de informação.

No que se refere à técnica de análise dos dados temos que os trabalhos lançaram mão, sobretudo, dos referenciais teóricos, históricos e contextuais trabalhados no decorrer de suas construções. A análise de conteúdo foi a segunda técnica mais utilizada pelas teses e dissertações da psicologia, seguida da análise do discurso de inspiração foucaultiana e do núcleo de significação a partir da perspectiva sócio-histórica de Vygotsky (Tabela nº 3, p. 24). Da mesma forma, alguns trabalhos utilizaram mais de uma técnica de análise.

Adentrando na discussão temática das produções acadêmicas observamos que o foco da maioria dos trabalhos da psicologia direciona-se para uma análise do campo de força no qual foi construída a política socioeducativa, bem como os efeitos de tal política sobre a vida dos jovens<sup>2</sup>, a partir dos resultados da operacionalidade do Sistema.

As produções refletem criticamente sobre os discursos que adjetivam a juventude como um problema social, sobretudo a juventude pobre e negra, historicamente marginalizada e estigmatizada pela sua condição social e de raça, a partir da noção do delinquente. Ressalta-se que o Sistema Socioeducativo se desenvolveu referenciado em uma lógica punitiva e repressora que atua por meio de práticas de controle e vigilância favorecendo a desumanização e extermínio dos corpos destes jovens (Ribeiro, 2017). Enquanto parte do projeto punitivo do Estado o Sistema Socioeducativo atua a partir de uma lógica seletiva de criminalização, funcionando historicamente como reprodutor e mantenedor das relações de dominação de classe que sustentam a desigualdade social e, por consequência, a marginalização das vidas e dos corpos de jovens pobres e negros (Vieira, 2012).

Os estudos de Marinho (2013) e Batista (2012) indicam que o Sistema Socioeducativo não é capaz de abarcar a diversidade das experiências vividas pelos jovens que se envolvem em atos infracionais, pois atua a partir de uma lógica de normatização pautada na polarização “bom X mal”, sem fazer a reflexão e a crítica ao modelo de sociedade que circunscreve a vida dos jovens e que favorece seu envolvimento com as infrações. O Sistema Socioeducativo é contraproducente, pois se estrutura e funciona conectado à cultura penal, não efetivando o processo de socioeducação e ressocialização tal como sugerem as legislações voltadas para esse público.

O Sistema Socioeducativo reitera o processo de subalternização dos jovens que infracionam, pois “não cumpre seu objetivo declarado de inserir os jovens em práticas dentro da legalidade que lhes garantam uma vida digna, oferecendo as mesmas opções precárias de formação e trabalho que já haviam recusado em liberdade” (Vieira, 2012, p.9). Tal Sistema atua por meio do ideal liberal que valoriza o individualismo, a lógica da meritocracia e a dominação histórica pautada em relações de poder e exploração dos sujeitos condenados à ausência de oportunidades para seu crescimento pessoal, profissional e social.

As dissertações de Marinho (2013) e Neves (2014) privilegiaram a discussão que diz respeito à fragilidade de se articular um trabalho em rede para o atendimento da juventude que se envolve com ato infracional. O SINASE, em seu Art. 22, que trata da avaliação da gestão da Política de Atendimento Socioeducativo prevê no inciso IV a articulação interinstitucional e intersetorial das políticas como um dos objetivos de tal avaliação. Os trabalhos apontam que a tensão quanto a essa questão se instala porque a articulação intersetorial nem sempre é efetivada, o que compromete a construção de uma rede de apoio capaz de atender as diversas demandas dos jovens. Além disso, reproduz-se o paradoxo “Inclusão X Exclusão”, pois se por um lado é objeto de uma determinada política de atendimento, por outro o excluem da condição de sujeito efetivo de direitos.

Os trabalhos de Pfeil (2013) e Santos (2008) abordaram a prática do psicólogo no Sistema Socioeducativo apontando a hegemonia dos discursos que entendem o jovem infrator como um sujeito perigoso, ao qual cabe o isolamento como forma de garantir a defesa da sociedade. Essa ideia dificulta a incorporação por parte dos profissionais dos novos paradigmas preconizados pelas legislações vigentes, favorece a manutenção de antigos modelos punitivos e repressivos e, por consequência, o não estabelecimento de políticas sociais efetivas. Nesse contexto, ainda é um desafio para os psicólogos que atuam no Sistema Socioeducativo aderir a práticas orientadas pela nova Política de Atendimento.

As dissertações de Finger (2012) e Marinho (2009) tiveram como foco o olhar da psicanálise para a compreensão de jovens que estão cumprindo medida socioeducativa. Esses trabalhos apontam a importância da intervenção psicológica por meio da escuta dos jovens como caminho para o entendimento de suas experiências para além da prática infracional, ajudando-os a pensar a responsabilização imposta pela medida não como mero cumprimento obrigatório.

Outra temática abordada pelas dissertações de Gomes (2013) e Ferrão (2015) diz respeito ao papel da Justiça Restaurativa (JR) como uma prática pertinente no contexto socioeducativo. Os estudos apontam que a JR apresenta-se como uma ferramenta potente para a mudança da cultura institucional, uma vez que propõe a cultura de paz por meio da ressignificação da responsabilização que, de acordo com tal prática, deve ser pensada e construída coletivamente por todos os envolvidos no conflito, ou seja, o ofensor, a vítima, a comunidade, o sistema judiciário, entre outros. Nesse sentido, a JR busca fazer um deslocamento da vítima do lugar de algoz para o de sujeito de direito a partir de um novo olhar para o processo de responsabilização e reparação do dano cometido. No entanto, tal prática ainda é pouco conhecida e, portanto, pouco vivenciada no Sistema socioeducativo, sobretudo, diante da dificuldade de traspor velhos paradigmas no trato com a juventude que se envolve com infrações.

As pesquisas de Feitoza (2016) e Soares (2013) se ocuparam com a análise da relação entre a atuação profissional no Sistema Socioeducativo e o sofrimento e stress de profissionais técnicos e Agentes. Essas produções apontaram que o trabalho prescritivo dificulta a atribuição de sentidos às práticas desses profissionais favorecendo a vivência de uma atividade profissional desprazerosa, realizada de forma técnica e pouco significativa em termos de possibilidades de mudanças. Essa exigência prescritiva provoca stress nos profissionais que reverberam, inclusive, em suas vidas pessoais.

A relação entre o Sistema Socioeducativo, os jovens que cumprem medida e suas famílias foi o foco das dissertações de Brambilla (2012); Medeiros (2015); Silva (2016) e Tavares (2014). Nesses trabalhos identificou-se que grande parte dos jovens em cumprimento de medida apresenta vínculos familiares fragilizados, e o suporte familiar não consegue romper com o ciclo de violência em suas vidas. No entanto, também são frágeis as intervenções do Sistema de Garantia de Direitos e, conseqüentemente, da medida socioeducativa, no que diz respeito ao processo de fortalecimento dos vínculos familiares. Dentro do Sistema Socioeducativo a ausência de um trabalho efetivo dessa natureza soma-se a tantas outras formas de violação de direitos e, por isso, muitas vezes, o trabalho de inserção da família no processo socioeducativo de seus filhos é feito de forma desarticulada com suas necessidades e realidade. Assim, o sistema atua de forma a reforçar mais a culpabilização das famílias pela situação de seus filhos do que no sentido de estabelecer novas formas de relação entre eles. Essa situação de desvalorização da família no processo socioeducativo acaba por promover a reprodução de violências institucionais com a rede familiar que, não raramente, é submetida a procedimentos humilhantes quando buscam contato com os jovens dentro do Sistema Socioeducativo.

Nas teses da psicologia observou-se que o ponto central das discussões tinha como foco os atores sociais responsáveis pela operacionalização do Sistema Socioeducativo, ou seja, técnicos socioeducativos (psicólogos, assistentes sociais e pedagogos); agentes socioeducativos; coordenadores, gestores e operadores do direito.

As teses de Baptista (2013) e Souza (2012) discutiram as relações de poder entre os profissionais que compõem o Sistema Socioeducativo que, estando em constante disputa, desviam a atenção do processo de efetivação de garantia dos direitos dos jovens em cumprimento de medida conforme preconizado pelas legislações vigentes. Essas disputas de força, somadas a complexidade da atuação em um espaço como o meio socioeducativo, gera sofrimento

psicológico nos profissionais que passam a cumprir seus papéis de forma burocrática e técnica, dificultando a construção de estratégias coletivas para a superação de velhas práticas e paradigmas dentro do Sistema.

A percepção dos profissionais quanto ao funcionamento das medidas socioeducativas foi abordada pelas teses de Souza (2012); Jacobina (2011) e Mosqueira (2013). Os estudos revelaram que para esses atores sociais ainda é grande a incongruência entre o que é preconizando pelas legislações e a medida propriamente dita, em meio à dificuldade de superação da lógica menorista. Apontam ainda para a problemática da desarticulação dos serviços que deveriam ser garantidos para esse público, como também foi evidenciado pelas dissertações. Neste sentido, a pesquisa de Jacobina (2011) ressalta que os profissionais apresentam “críticas à própria atuação, questionando-se sobre a real viabilidade de uma ação ética e política distinta de um proceder burocrático ao qual, por vezes, sentem-se aprisionados” (p.7).

As teses de Raniere (2014) e Tavares (2014) refletiram sobre o modelo socioeducativo construído em nossa sociedade salientando que o mesmo foi capturado e operacionalizado por uma pedagogia liberal. A formação humana, nesta perspectiva, está pautada na adequação dos sujeitos às normas definidas por uma sociedade marcada pela divisão de classes e pelo ideal de mercado, ou seja, toma por base um modelo de sujeito que deve se adaptar a determinados padrões de existência para que seja considerado apto à vida em sociedade. Tal lógica favorece a ideia de um projeto de reforma do ser humano por meio da correção daqueles que divergem do padrão. Assim, as medidas socioeducativas são regidas por uma lógica liberal que toma a institucionalização como estratégia de tratamento dos sujeitos, sobretudo, dos pobres. Tal ordenamento capturou os conceitos de Responsabilidade, Identidade e Direitos humanos que têm servido para o Sistema manter a noção de correção e recuperação dos sujeitos.

Por fim, apontamos que, em nosso levantamento, identificamos que a região Sudeste concentra praticamente a metade dos trabalhos (14 produções), sendo o Estado de São Paulo o responsável por 50% dessas produções (7 produções).

Quanto à região nordeste, em nosso recorte temporal, localizamos apenas duas dissertações produzidas no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e nenhuma tese.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo realizar o levantamento de teses e dissertações da psicologia dos últimos 10 anos que trataram de temas que se referem ao Sistema Socioeducativo Brasileiro, no Banco digital de teses e dissertações (BDTD).

Sua realização nos permitiu identificar e discutir que as produções acadêmicas buscam realizar um estudo crítico ao tratarem dos diversos fatores que envolvem o Sistema Socioeducativo visto a latente discrepância entre o que se é preconizado pelas legislações vigentes e o que se é feito e vivenciando na realidade das medidas socioeducativas.

Neste sentido, os trabalhos dispõem esforços para articular o contexto histórico de construção das medidas de modo a subsidiar a compreensão dos discursos e campo de força que vêm prevalecendo ao longo da história, particularmente acerca da juventude que se envolve com a prática infracional.

Os estudos, pois, reconhecem as marcas ainda predominantes da lógica punitiva e corretiva como meio de

recuperação dos jovens que se operacionaliza a partir da violência dos corpos, da subalternização e do não reconhecimento dos jovens enquanto sujeitos de direitos.

Em suas discussões as produções acadêmicas preocuparam-se em lançar o olhar para os diversos atores envolvidos no Sistema Socioeducativo, a exemplo dos jovens, de suas famílias e dos profissionais que atuam no Sistema a fim de identificar, a partir da percepção desses sujeitos, quais as tensões, possibilidades e dificuldades que se impõem nesse contexto.

Tendo isso em vista, percebe-se que não são apenas os jovens que sofrem com os efeitos punitivos desse sistema, mas também outros agentes nele envolvidos.

Por fim, em termos teóricos e metodológicos as produções preocuparam-se em utilizar, sobretudo, referenciais históricos sobre as políticas voltadas para o atendimento da infância e juventude no Brasil bem como as atuais legislações voltadas para esse público. Esses referenciais também foram utilizados pelos trabalhos como base para análise das informações obtidas. Os estudos privilegiaram metodologias qualitativas em suas pesquisas valorizando diversas fontes de informações, ou seja, além de oportunizar espaço de fala para os diversos atores, como já mencionado, através de diversas técnicas de coleta, sobretudo a entrevista semiestruturada, também lançaram mão de pesquisas documentais e bibliográficas para elucidação de suas questões de pesquisa.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, R. (2012). *Encontros-narrativas na cidade-internação: vidas contadas por adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa* (Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória). Recuperado de <http://repositorio.ufes.br/handle/10/2918>.

BAPTISTA, G.C. (2013). *Impacto das relações intersubjetivas na implementação da Política Nacional de Atendimento Socioeducativo* (Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília). Recuperado de <http://repositorio.unb.br/handle/10482/16640>.

BRAMBILLA, B. B. (2012). *Percepção de suporte familiar de adolescentes em conflito com a lei* (Dissertação de Mestrado, Faculdade da Saúde, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo). Recuperado de <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1317>.

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990, 13 jul.). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Recuperado em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6515.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6515.htm)

Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. (2012, 18 jan). Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). *Diário Oficial da União* Recuperado em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm).

FEITOZA, M. J. S. (2016). *Entre a prescrição e o sofrimento: o trabalho de técnicos de centros socioeducativos em Manaus* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus).



Recuperado de <http://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5589>

FERRÃO, I. S. (2015) *Fatores de risco e proteção e justiça restaurativa: a percepção de socioeducadores* (Dissertação de Mestrado, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria). Recuperado de [http://cascavel.ufsm.br/tede//tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=8272](http://cascavel.ufsm.br/tede//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=8272).

FERREIRA, N. S. de A. (2002). As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*. Ano XXIII, no 79 . Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>.

FINGER, L. M. (2012). *A “comum-idade”, a prática socioeducativa de internação e o adolescente infrator* (Dissertação de Mestrado, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba). Recuperado de [acervodigital.ufpr.br/handle/1884/27516](http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/27516).

GOMES, G. R. (2013). *Práticas de socioeducação à luz da Justiça Restaurativa: potencialização de mudanças?* (Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo). Recuperado de <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17004>.

JACOBINA, O.M.P. (2011). *Filhos do Brasil: da (des)proteção ao ato infracional* (Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília). Recuperado de <http://www.repositorio.unb.br/handle/10482/9412>.

MARINHO, F.C. (2013). *Jovens Egressos do Sistema Socioeducativo: Desafios à Ressocialização* (Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília). Recuperado de <http://www.repositorio.unb.br/handle/10482/13460>.

MARINHO, R. de M. (2009). *A responsabilidade dos adolescentes autores de ato infracional no diálogo entre o direito e a psicanálise* (Dissertação de Mestrado em Psicologia, Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo). Recuperado de <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17388>.

MEDEIROS, F. C. (2015). *A inserção da família no processo socioeducativo de adolescentes em privação de liberdade* (Dissertação de Mestrado em Psicologia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal). Recuperado de <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/20147>.

MOSQUEIRA, S. M. (2013). *A demanda por avaliação psicológica de adolescentes infratores: reflexões a partir de narrativas de atores da justiça juvenil e de psicólogas de equipe técnica de juízo* (Tese de Doutorado em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo). Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-26112013-151112/pt-br.php>.

NEVES, C. M. (2014). *A intersectorialidade no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo: experiências no município de Porto Alegre-RS* (Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre). Recuperado de

<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/115068>.

OLIVEIRA, M. M. (2007). *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis, RJ: Vozes.

PFEIL, F. M. C. (2013). *Ouvindo vozes e produzindo rupturas: notas sobre psicologia, justiça e infração juvenil*. (Dissertação de mestrado em Psicologia, Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro). Recuperado de <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/28869/28869.PDF>.

RANIERE, E. (2014). *A invenção das medidas socioeducativas*. (Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre). Recuperado de <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/87585>.

RIBEIRO, I. G. S. (2017). *Da política socioeducativa à (des) regulação da vida de jovens negros brasileiros*. (Dissertação de Mestrado em psicologia, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis) Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150509>.

ROMANOWSKI, J. P., ENS, R. T. (2006) As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. *Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50. Recuperado de <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=237&dd99=view&dd98=pb>.

SANTOS, M. N. (2008). *Atuação Profissional junto aos Adolescentes em Medida Socioeducativa de Internação: Um Estudo com Psicólogos* (Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo Vitória). Recuperado de <http://repositorio.ufes.br/handle/10/3070>.

SILVA, M. T. A. (2016). *“Projeto Golfinhos”: análise de implicação do sistema socioeducativo do Rio de Janeiro na abordagem com famílias e adolescentes* (Dissertação de Mestrado em Psicologia, Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro) Recuperado de <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/28050/28050.PDF>

SOARES, L. M. B. (2013). *Trabalho e Estresse – um Estudo com Agentes Socioeducativos* (Dissertação de Mestrado em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília). Recuperado de <http://repositorio.unb.br/handle/10482/13815>.

SOUZA, F. J. S. (2012). *Medida socioeducativa de internação no maranhão: uma visão de seus atores* (Tese de Doutorado em psicologia social, Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro) Recuperado de [http://www.bdtd.uerj.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=5525](http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5525).

SOUZA, T. Y. S. (2012). *Processos de desenvolvimento de educadores sociais do sistema de medidas socioeducativas: indicadores de formação* (Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília). Recuperado de <http://www.repositorio.unb.br/handle/10482/12340>.

TAVARES, R. C. (2014). *“Eu já perdi muita coisa, minha família principalmente”*: um estudo psicossocial sobre duas políticas de desinstitucionalização do adolescente (Tese de Doutorado, Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia). Recuperado de <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/1762/1/ROSANA%20CARNEIRO%20TAVARES.pdf>

VIEIRA, A. K. (2012). *“Dá nada pra nós” (?)*: o real do encarceramento de adolescentes. (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte). Recuperado de <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-9UGFMR>.

## Notas

<sup>1</sup> 1 Decidimos adotar esse intervalo temporal tendo em vista que ele abarcou todos os estudos encontrados no banco de dados do BDTD.

<sup>2</sup> 2 Embora os sujeitos ao qual se destina às medidas socioeducativas sejam considerados adolescentes, de acordo com ECA, utilizaremos também os termos jovens e juventude para nos referirmos a esse público tendo em vista que são esses os termos que prevalecem nas teses e dissertações utilizadas nesse estudo.

## Lista de Tabelas

Tabela 1. Aportes teóricos utilizados pelas teses e dissertações da psicologia

Referencial Teórico	Quantidade de trabalhos
Referenciais sobre a Política de Atendimento Socioeducativo	12
Referenciais sobre a trajetória das políticas para crianças e adolescentes no Brasil	7
Legislações (ECA, SINASE)	7
Contribuições do pensamento foucaultiano	6
Referenciais sobre a construção da juventude a partir do desvio	5
Referenciais sobre a noção de família	3
Referenciais sobre a construção da infância e da adolescência no Brasil	2
Referenciais sobre juventude e vulnerabilidade	2
Contribuições da Perspectiva sociohistórica	2
Contribuições teóricas da psicanálise	2
Aportes teóricos da Justiça Restaurativa	2
Modelos teóricos do campo das Políticas Públicas	1
Referencial sobre racismo	1
Referencial Marxiano	1
Abordagem Materialista	1
Criminologia crítica	1
Teoria da história de Walter Benjamin	1
Referenciais sobre o conceito de memória	1
Referenciais sobre o conceito de experiência	1
Referenciais sobre psicologia sociocultural	1
Perspectiva fenomenológica existencial	1
Referenciais sobre os conceitos de responsabilidade a partir de Nietzsche; de identidade a partir de Foucault e Francisco Varela e de direitos humanos a partir de Marx, Arendt, Deleuze e Agamben	1
Contribuições do pensamento sistêmico e dos direitos humanos	1
Referencias sobre a pedagogia da presença	1
Contribuições da Terapia Familiar Sistêmica-constitutivista	1
Referenciais sobre o conceito de trabalho e adoecimento nas organizações	1
Referenciais sobre a psicodinâmica do Trabalho	2
Referenciais da Psicossociologia	1

Tabela 2. Técnicas de coleta utilizadas pelas teses e dissertações.

<b>Técnica de coleta de dados</b>	<b>Quantidade de trabalhos</b>
Entrevista semiestruturada	13
Pesquisa documental	7
Pesquisa bibliográfica	3
Diário de campo	3
Grupo de discussão	3
Narrativas	3
Entrevista estruturada	2
Observação	2
Inventários	2
Questionário de caracterização sociodemográfica	1
Oficinas temáticas	1
Grupo focal	1

Tabela 3. Técnicas de Análise de dados utilizadas pelas teses e dissertações

<b>Técnica de Análise dos dados</b>	<b>Quantidade dos trabalhos</b>
Técnica de análise a partir de referenciais teóricos, históricos e contextuais	9
Técnica da análise de conteúdo	7
Técnica da análise do discurso de inspiração foucaultiana	3
Técnica de análise do núcleo de significação a partir da perspectiva sociohistórica de Vygotsky	3
Técnica da análise institucional e análise de implicação.	2
Técnica de análise a partir da genealogia foucaultiana	2
Técnica de análise a partir dos parâmetros de instrumentos de avaliações já existentes	2
Técnica de análise dos dados a partir da perspectiva da Rede de Significações-RedSig	1
Técnica de análise a partir dos procedimentos da história oral temática	1
Técnica de análise estatística de variáveis	1
Técnica de análise textual por meio de software	1
Técnica da analítica dos sentidos de base fenomenológica	1
Técnica de análise a partir da hermenêutica de profundidade	1